

A escola no Brasil é uma comédia...*

Sergio Costa Ribeiro

Todo humorista sabe que o sucesso de seu trabalho está ligado a um mandamento básico. Uma situação de realidade cotidiana e de conhecimento real é retratada com um certo exagero, que, por sua vez, não pode ser exagerado demais, pois perderia o contato com esta mesma realidade e se tornaria ridículo, perdendo a graça.

O programa “A Escolinha do professor Raimundo”, de Chico Anísio, devido ao seu lbope, não deve estar fugindo a esta regra. Podemos observar na “Escola” algumas características de nossa escola de primeiro grau, principalmente a de primeira à quarta série unidocente.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é a constatação de que o professor não ensina nada a seus alunos, apenas cobra conhecimentos. Em seguida, observamos que os alunos nada sabem e sua avaliação redundante, em sua esmagadora maioria, num conceito nulo. A exceção fica por conta de um único aluno, que o professor gostaria que fosse seu filho e que, na vida, é realmente filho do humorista, que tudo sabe, e só pode ter aprendido em casa. Outro fato que causa espécie é o tipo de avaliação a que são submetidos os alunos: pura memorização de conhecimentos em grande parte inúteis no mundo de hoje. Quando uma operação matemática das mais simples é arguida, a resposta errada é aceita por argumentos de tolerância escondidos atrás de um interesse sensual do velho professor.

Aparece também uma série de preconceitos sociais já clássicos na literatura sociológica da Escola, principalmente a cor e o nível socioeconômico dos alunos.

Esta caricatura da escola brasileira mostra algumas práticas conhecidas de nossa pedagogia e esconde outras que não são percebidas pelo grande público. Senão, vejamos.

A escola não ensina. Ela cobra conhecimentos que são adquiridos nos “deveres de casa”, ajudados pelos pais (o caso da personagem que faz redações). O professor sequer tenta orientar ou corrigir o texto, apenas dá uma nota baixa.

Descontando-se o exagero da charge, o que este quadro mostra é o caráter preceptor da escola. Nas suas origens, o ensino das elites rurais brasileiras era feito por preceptores que “administravam” a educação que os pais, educados na Europa, passavam a seus filhos, inclusive decidindo os livros-textos a serem usados. Este modelo foi aos poucos se estendendo às escolas de classe média e às escolas populares, na medida em que o ensino foi se expandindo pela população do País. Esse preceptor não chega a ocupar uma posição importante na escala de prestígio de nossa sociedade. O baixo salário é, em parte, fruto desta tradição.

* Publicado em *Políticas Governamentais*. Rio de Janeiro: Ibase, v. 7, n. 71, p. 21-23, jul./ago. 1991.

É bom lembrar que até há pouco mais de um século era proibido alfabetizar os escravos no Brasil. Agora esta restrição não existe, pelo menos de forma explícita na legislação em vigor.

A principal consequência desta cultura pedagógica é o não compromisso dos professores com o aprendizado e a promoção de seus alunos. A prática da repetência é a materialização desta pedagogia.

A pedagogia da repetência

Na escola brasileira a repetência é altíssima, bem maior que os dados oficiais acusam. Na matrícula da primeira série do primeiro grau, por exemplo, mais de 50% dos alunos são repetentes por uma ou mais vezes e esta condição subsiste no Brasil há pelo menos cinquenta anos, quando se iniciou a coleta de dados do Censo Escolar, pelo Ministério da Educação.¹ Hoje o acesso à escola está praticamente universalizado no País e 95% das crianças entram na escola. Dos 5% restantes, 2% ou 3% são excepcionais que não têm condições de frequentar escolas, os 3% ou 2% restantes vivem em sua grande maioria (mais de 70%) no Nordeste rural pobre onde a renda familiar *per capita* é inferior a um salário mínimo.

Ao contrário do que os dados oficiais têm indicado, a evasão escolar na primeira série é pequena no Brasil (de apenas 2% da matrícula). Nas séries seguintes, a repetência diminui até a quarta série, e a evasão aumenta. Entre a quarta e a quinta séries vamos observar uma evasão importante, da ordem de 18%, da matrícula. É nessa passagem, entre o antigo primário e o ginásio, que alguns efeitos importantes do nosso sistema educacional ocorrem. A mudança da prática escolar, com vários professores e disciplinas diferenciadas, aumenta a desistência dos alunos e novamente as taxas de repetência aumentam. Coincidentemente ou não, a idade média dos alunos que terminam a quarta série é de 13,5 anos apesar de terem ingressado na primeira série com cerca de 7 anos, em média. Nessa idade, após terem permanecido quase sete anos na escola, devido às sucessivas repetências, a opção pelo trabalho já começa a ser importante e ajuda a probabilidade de evasão escolar.

Apesar deste quadro, os jovens no Brasil hoje frequentam a escola de primeiro grau por cerca de 8,5 anos, tempo mais do que suficiente para que todos terminem este grau de ensino. No entanto, com a enorme repetência e as evasões que ela produz, apenas cerca de 40% dos jovens concluem a oitava série.

Podemos ir um pouco mais além e analisar as diversas formas de repetência que são praticadas no Brasil. Comparando as bases de dados do Censo Escolar do MEC e das Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, o professor Rubem Klein² (concluiu????) que pelos dados escolares, na forma como são coletados pelo MEC, o número de alunos novos em cada série é maior do que o número de aprovados na série anterior, e que existe um

¹ Ribeiro, S. Costa. A pedagogia da repetência. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro: ABT, v. 9, n.97, p. 13.

² Klein, R. Relatórios. Assessoria ao MEC, financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Project Symbol: BRA/90/026 – M.O.D., n. 91–006, feb./june, 1991. Mimeografado.

número alto de alunos afastados por abandono durante o ano letivo. A matrícula inicial do MEC é muito próxima da matrícula coletada pelas Pnads no final do ano letivo e, portanto, os “afastados por abandono” frequentaram a escola durante todo o ano. Estes alunos simplesmente não fizeram a avaliação final e não são contados como repetentes, já que não foram reprovados, e, assim são matriculados como novos na série seguinte. Esta constatação, além das distorções que produz nas estatísticas oficiais do País, indica uma forma de repetência branca (ou preta) onde os alunos são “aconselhados” pelos professores a não se submeterem aos exames finais já que fatalmente serão reprovados. Na primeira série do primeiro grau estes alunos representam quase 13% da matrícula.

Existe, ainda, no sistema educacional brasileiro, uma terceira forma de repetência ainda mais perversa, a subseriação da primeira série. Facilmente detectada nas análises de Klein, esta série é subdividida em primeira série A, B, C etc. (ou qualquer outro nome que se invente) de tal forma que os alunos são aprovados, mas continuam na primeira série no ano seguinte. São os chamados repetentes aprovados. Estes alunos representam cerca de 10% da matrícula desta série.

O desafio da qualidade

O que este cenário está indicando é que, apesar do progresso que representa a universalização do acesso à educação elementar em nosso país, os mais importantes problemas da educação não foram sequer percebidos corretamente pela sociedade ou pelos governos.

Hoje, no primeiro grau há um número de indivíduos matriculados ligeiramente superior ao da população de 7 a 14 anos. Mesmo assim, escolas continuam a ser construídas como se houvessem ainda crianças sem estudar por falta de vagas. Os problemas que existem dentro da escola, sua pedagogia, seu descompromisso com o aprendizado e com a promoção dos alunos são simplesmente ignorados.

Hoje o mundo está mudado. A condição de um país com matérias-primas abundantes, com baixa escolarização da população e conseqüente baixa competência de sua população economicamente ativa, não é mais um fator competitivo diante da universalização do capital e da tecnologia. A promessa do Governo Collor de nos levar ao Primeiro Mundo parece uma grotesca piada diante dos desafios que nosso sistema educacional apresenta.

Mas há uma esperança. É possível que nossos empresários percebam que o futuro de suas empresas está diretamente ligado ao nível educacional não só de seus operários, mas principalmente dos consumidores de seus produtos, isto é, de toda população.

O caminho parece ser a criação de uma cultura avaliativa no sistema educacional de forma a promover uma competição sadia entre as escolas, enfrentar com coragem e determinação o corporativismo malsão que domina os profissionais da educação e os empresários do ensino privado. Esta não é uma tarefa fácil nem rápida. É um projeto para a próxima geração, não para a próxima eleição. Nesta luta, não podemos nos dar ao luxo de desprezar qualquer aliado. O *lobby* dos empresários que precisam de competitividade tem que ser exercido junto a todos os atores do processo, desde o Governo Federal até os prefeitos dos menores e mais pobres

municípios, dos grandes empresários do ensino à pequena sala de aula de fundo de quintal das favelas.

Muito se discute sobre como avaliar a escola, seu currículo, seus alunos, seus professores. Esta é uma discussão estéril. É preciso avaliar tudo, de todas as formas imagináveis, discutir os resultados, divulgar seus indicadores, promover o debate com toda a sociedade, utilizando todos os meios de comunicação possíveis.

E a urgência desta revolução na cultura de nosso sistema educacional é como a história daquele sábio que, ao plantar a semente de uma árvore com certa pressa, foi lembrado por um discípulo que a árvore levaria cem anos para crescer e imediatamente retrucou: “Então não podemos perder nem um segundo!”